

CEDI**Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Journal do BrasilClass.: 92Data: 26.07.89

Pg.: _____

Garimpagem em área de índios será permitida

BRASÍLIA — O governo decidiu permitir a mineração nas áreas indígenas e florestas do estado de Roraima. Após três horas de reunião, o governador de Roraima, Romero Jucá Filho, deixou o gabinete do ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, contabilizando o atendimento de duas antigas reivindicações de seu governo: o envio de um projeto de lei ao Congresso regulamentando a extração mineral em áreas indígenas e a formação de uma comissão para definir as regiões dentro da Floresta Nacional de Monte Roraima onde a garimpagem será permitida.

O governo criou um grupo interinstitucional - com representantes do governo de Roraima, da Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - que dentro de uma semana apresentará o esboço do projeto de lei a ser enviado ao Congresso, após o recesso parlamentar, regulamentando a exploração mineral em área indígena.

Fundo — De acordo com Romero Jucá, nas áreas indígenas onde forem

evidentes os danos, os garimpeiros serão retirados, no todo ou em parte, para outras áreas. Ocorre que nem a própria Funai soube explicar ontem o que significa danos às terras indígenas. Foi aprovada a criação de um Fundo para o Garimpo, administrado pelo governo do estado que, entre outras finalidades, terá função de cuidar da recomposição das áreas degradadas pela garimpagem. Os recursos do fundo sairiam da própria extração mineral nessas áreas.

Romero Jucá afirmou que não teme uma corrida de novos garimpeiros ao estado - já existem cerca de 40 mil na região - com a virtual liberação do garimpo na área. Contrariando a reivindicação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Funai, Jucá conseguiu do ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, a promessa de que não será usada a intervenção militar para a retirada dos garimpeiros da região, embora, como admite Fialho, a ocupação seja ilegal e inconstitucional até que o Congresso aprove ou não sua permanência em áreas indígenas.